



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL – COMARCA DA CAPITAL - RJ.

PROCESSO: 0190367-12.2019.8.19.0001

Exequente: VALE S.A.

Executado: MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI

EVANDRO VALE THIERS, economista e contador legalmente habilitado a realizar perícias judiciais, honrosamente nomeado para atuar no feito, vem, com o necessário respeito, submeter à apreciação de V. Exa. o **Laudo Pericial** em anexo.

Com o máximo respeito, requer a expedição de **mandado de pagamento** em favor deste peticionário, face ao depósito de seus honorários efetuado às fls. 714/716, e roga pela transferência para conta corrente de sua titularidade (banco 341 Itaú, agência 9286, conta corrente 04.761-9, CPF 663.164.567-00).

Nestes Termos, respeitosamente roga deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2022.

Evandro Vale Thiers

Perito Judicial
Contador & Economista
Corecon/RJ 24471
CRC RJ 126196/O-6

TJRJ CAP CV04 202204183123 19/06/22 14:03:28136249 PROGER-VIRTUAL



LAUDO PERICIAL

Apresentação:

- I. Objetivo dos Trabalhos Periciais.
- II. Síntese do Litígio.
- III. Conclusões da Perícia.
- IV. Esclarecimentos aos Quesitos Formulados.
- V. Anexos.
- VI. Principais Documentos Consultados.

I. Objetivo dos Trabalhos Periciais.

Com o máximo respeito, este Auxiliar reporta que os presentes trabalhos seguiram os moldes aplicáveis em perícias simplificadas, com a devida permissão, em linha com os termos abarcados pelo artigo 464, §2º e §3º do NCPC.

Nesta vertente de ponderação, este Auxiliar valeu-se dos termos contidos na r. Decisão exarada às fls. 658, a seguir.

Decisão

Diante da divergência entre as partes acerca da diferença apontada pela exequente, no valor de R\$ 24.419,50, determino a realização de prova pericial simplificada.

Nomeio o perito Evandro Vale Thiers, da sociedade EVANDRO THIERS & ASSOCIADOS www.peritojudicial-rj.com.br email: thiers@peritojudicial-rj.com.br.

Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do laudo pericial.

Intime-se o Sr. Perito ora nomeado para apresentar proposta de honorários periciais no prazo de 10 (dez) dias, cujo pagamento deverá ser adiantado pela executada.

O perito deverá considerar as planilhas apresentadas pelas partes para análise acerca da existência da diferença apontada pela parte exequente.

Intimem-se as partes acerca da presente.

Rio de Janeiro, 14/12/2021.

Priscila Fernandes Miranda Botelho da Ponte - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Priscila Fernandes Miranda Botelho da Ponte



II. Síntese do Litígio.

VALE S. A. ingressa com ação de execução em face de MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI em 05/08/2019 (fls. 02). Aduz o Exequente, em apertada síntese, que celebrou com a Exequente “Contrato de Cessão e Transferência Parcial de Direitos Minerários”, posteriormente alterado pelo “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão e Transferência Parcial de Direitos Minerários”, transferindo ao Executado certos direitos minerários mediante o pagamento do preço equivalente, em Real, a US\$3.000.000,00, que foi dividido em 12 (doze) parcelas semestrais (seis anos) de US\$250.000,00 cada, com vencimento no décimo dia útil dos meses de julho e dezembro a partir da assinatura do Aditivo, e conversão pela cotação da PTAX_800, modalidade venda, do Banco Central do Brasil, da data anterior àquela prevista para o pagamento. Reporta que a MSOL, ora empresa Executada, não realizou o pagamento integral da oitava parcela, vencida em 13/7/2018, sendo que, somente em 27/7/2018, informou à Vale que havia realizado, na mesma data (27/7/2018), o pagamento parcial de US\$125.000,00, comprometendo-se a pagar o restante até 31/8/2018, o que, todavia, não fez. Ratifica que, tampouco, a nona e décima parcelas, vencidas respectivamente em 14/12/2018 e 12/7/2019, foram por ela pagas, sendo sua inadimplência encaminhada à Exequente em 22/02/2019, eventos que ensejaram a presente execução. Requer pagamento da dívida de R\$ 2.549.269,66, juros de 1% ao mês e atualização monetária pelos índices do TJRJ desde 30/06/2019 até o efetivo pagamento, custas judiciais e honorários advocatícios.

Inicial instruída com documentos de fls. 08/150.

Decisão de fls. 658, determinada a realização de prova pericial simplificada, com nomeação de profissional para atuar no feito.



III. Conclusões da Perícia.

Inicialmente, como informação contextual, respeitosamente reporta este Auxiliar a realização de 07 (sete) depósitos judiciais efetuados pela empresa Requerida, em datas diversas, sendo os 06 últimos relacionados à parcelamento reputado pelo Executado como suficientes para a liquidação do débito.

Nesta vertente de análise, procedeu este Perito ao cálculo do **saldo devido até a data de efetivação de cada depósito**, inclusos correção monetária pelos índices divulgados pelo TJRJ e juros moratórios 1% ao mês, ambos calculados **entre cada data/depósito**, com vistas à mensurar se os recursos assim depositados pelo Executado foram suficientes ou não para a quitação da obrigação em aberto em cada evento, e assim procedendo até o último depósito efetuado em 27/11/2020 às fls. 470.

Examinadas as peças encartadas, a natureza da controvérsia estabelecida, fundamentos técnicos aplicáveis, bem como demonstrativos (planilhas) carreadas pelas partes, com a aplicação de correção monetária baseada nos índices divulgados pelo TJRJ e incidência de juros moratórios de 1% ao mês, com vistas ao esclarecimento acerca de valores divergentes nos moldes de r. Decisão de fls. 658, foi possível à este Perito identificar efetivamente existência de diferença em favor do Exequente, apurada em **27/11/2020 – data de corte**, referência adotada por ser o dia do **último depósito judicial** efetuado pela empresa Executada no feito.

*Nesse sentido, apurado montante histórico em favor da Exequente – saldo remanescente, no valor de **R\$ 28.186,93** (vinte e oito mil, cento e oitenta e seis reais, noventa e três centavos), correspondentes a **7.928,8142 UFIRs**.*

Nesta linha de ponderação, conclui a Perícia que insuficientes os depósitos judiciais efetuados pela empresa Exequente neste feito, até o momento, restando a suprir o saldo remanescente histórico na data de 27/11/2020, acima reportado, cujos **critérios de cálculo** encontram-se descritos no **ANEXO I** elaborado pela Perícia com esta finalidade.

III.1. Cumpre, respeitosamente reportar, que o trabalho pericial considerou a Decisão ajustada mediante provimento de Recurso Agravo de Instrumento 0061105-



75.2020.8.19.000 (fls. 495/506 – trânsito em Julgado fls. 557), e, no que tange aos cálculos periciais, com inclusão da 11ª parcela no quantum da execução sob exame.

III.2. Observa este Perito que a parcela 12ª, com vencimento em 14/07/2020, no valor convertido de R\$ 1.324,450,00 (Ptax800 de 5,2978 – 09/07/2020), foi liquidada regularmente conforme termos pactuados, em 10/07/2020 – fls. 293.

III.3. Destaca a Perícia que os juros moratórios calculados não incidiram sobre o valor das custas processuais, as quais foram unicamente atualizadas mediante moldes anteriores.

Adicionalmente, o cálculo dos honorários advocatícios, fixados em 10%, não incidiu sobre as custas e despesas processuais, dada sua natureza compensatória, de ressarcimento. No entanto, caso não seja este o entendimento deste M. M. Juízo, este Auxiliar ratifica que permanece à disposição para os ajustes que forem nesse sentido determinados.

Os valores identificados pela Perícia como depósitos judiciais efetuados pelo Executado no decorrer do feito, correspondem aos documentos “Comprovante de Transação Bancária”, onde, além do depósito inicial no valor de R\$ 1.342.356,53, efetuado em 29/05/2020 (fls. 225), constam 06 outros adicionais, a seguir relacionados, e nos mesmos critérios considerados por este Auxiliar.

1	26/06/2020	527.247,82	fls. 265
2	24/07/2020	532.468,09	fls. 344
3	28/08/2020	537.688,37	fls. 354
4	28/09/2020	542.908,64	fls. 415/416
5	28/10/2020	548.128,92	fls. 466
6	27/11/2020	553.349,19	fls. 470

III.4. Por derradeiro, os valores em discussão foram pactuados mediante documento “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão e Transferência Parcial de Direitos Minerários” firmado em 19/11/2014 – fls. 116/139, notadamente cláusulas 3.1 e 3.1 - fls. 121, a seguir.

“3.1. O preço a ser pago pela MSOL à VALE relativo à transação dos direitos minerários objeto dos Processos DNPM 807.959/1976, 816.313/1973, 816.314/1973 e 816.315/1973 corresponderá ao valor, em Reais, equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares americanos). A conversão dos valores ora pactuados será feita pela PTAX_800 (venda) do dia anterior ao pagamento, divulgada pelo BACEN, líquido e livre de qualquer despesa, custos ou tributos incorridos na transação dos direitos minerários.



3.1.1 O pagamento relativo à transação dos direitos minerários objeto dos Processos DNPM 807.959/1976, 816.313/1973, 816.314/1973 e 816.315/1973 será feito em 12 (doze) parcelas de igual valor cada, a saber, US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares americanos). O pagamento de cada parcela ocorrerá, a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo, no décimo dia útil de cada mês de julho e dezembro, até que seja integralizado o pagamento das doze parcelas, ao final de 06 (seis) anos”.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS DA PERÍCIA.

Com extremo respeito, este Auxiliar submete à apreciação de V. Exa. suas considerações a seguir, e, com a devida permissão, reporta que os quesitos formulados pela empresa Executada em 23/05/2022, de fls. 731/732, apesar de intempestivos em seu entendimento, **terminam por esclarecidos no decorrer do Laudo Pericial em curso – notadamente no presente item II no que tange às características aplicáveis em perícias simplificadas**, cabendo, no entanto, as seguintes ponderações:

- a. Estes quesitos foram trazidos aos autos sem qualquer determinação deste M. M. Juízo, conforme breve leitura de petição de fls. 731/732, na data de **23/05/2022**, **não sendo facultado por este M. M. Juízo sua formulação**, conforme r. Decisões de fls. 658 e 718, esta última exarada em 04/05/2022;
- b. Os citados quesitos foram formulados **após o início dos trabalhos periciais** – sendo este Perito intimado em **12/05/2022** (fls. 727).
- c. Complementarmente, extremamente relevante apontar que **não foram efetuadas pela Perícia quaisquer diligências** durante o desenvolvimento do Laudo Pericial, haja vista sua desnecessidade diante da disponibilidade nos autos de todos os elementos necessários à realização da **perícia simplificada** determinada no feito;
- d. Conforme r. Decisão de fls. 658 (fls. 702 e ss), foi determinado por este M. M. Juízo a produção de **prova pericial simplificada**, diante da divergência de valores apontada entre as partes, considerando as planilhas trazidas ao feito pelos Litigantes, não sendo facultada por V. Exa. naquela ocasião a formulação de quesitos pelas partes, cabendo respeitosamente reportar que os **Litigantes foram citados em janeiro/2022** (fls. 667/669 e 672/673), **data bastante anterior** à formulação dos discutidos quesitos, formulados pelo Litigante em, na data de **23/05/2022** - fls. 731/732;



- e. Por derradeiro, e mais importante, os quesitos formulados **não foram submetidos à apreciação deste M. M. Juízo**, o que não permite à este Perito prestar espontaneamente este tipo de esclarecimento, **notadamente após o início dos trabalhos periciais no qual não foram efetuadas diligências periciais**, sem que esteja respaldado por determinação de V. Exa. no feito, ou meramente por vontade das partes, cumprindo à Perícia a responsabilidade de manter-se imparcial e equidistante dos interesses das partes, sendo relevante ponderar ao Litigante que o destinatário final da prova produzida é o Exmo. Magistrado que conduz a lide, e a quem este Perito diretamente se reporta.

Sendo estas as considerações e constatações deste Auxiliar, com extremo respeito, passam a ser submetidas à apreciação de V. Exa., permanecendo o Perito ao inteiro dispor deste M. M. Juízo.



IV. Esclarecimentos aos Quesitos Formulados.

IV.a) Quesitos formulados pelo Executante – VALE S. A.:

Por constituir prova pericial simplificada, com ponto divergente/controvertido claramente identificado e determinado por este M. M. Juízo, conforme termos de Decisão exarada às fls. 658, não foi facultado às partes a formulação de quesitos.

IV.b) Quesitos formulados pelo Executado – MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE (fls. 731/732):

1. Queria o Sr. Perito informar qual foi exatamente o valor pago pela Executada à Exequate;
2. Queira o Sr. Perito informar se a Exequate utilizou em seus cálculos referentes ao valor do principal, “juros sobre juros”, ao longo da planilha acostada às fls. 552;
3. Queria o Sr. Perito informar se a Exequate calculou os valores de honorários advocatícios de sucumbência, sobre a parcela de “custas”, ao longo da planilha acostada às fls. 552;
4. Queria o Sr. Perito informar quais são as diferenças substanciais entre os cálculos apresentados pela Exequate e pela Executada;
5. (6). Queira o Sr. Perito informar a diferença entre o pagamento integral dos valores de honorários e custas na primeira parcela, em relação ao pagamento dos valores de honorários e custas de forma diferida, com a atualização monetária mês a mês, de acordo com o índice do tribunal e juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês;
6. (7). Queria o Sr. Perito informar se o valor cobrado de forma remanescente pela Exequate, no importe de R\$ 23.389,47, é efetivamente devido;



7. (8). Queira o Sr. Perito indicar, em termos percentuais, quanto o eventual saldo remanescente pleiteado pela Exequente represente em relação ao valor total depositado pela Executada para quitação da obrigação;
8. (9). Querira o Sr. Perito informar se o valor desembolsado pela Executada, na forma do parcelamento, satisfaz integralmente a dívida;

Resposta da Perícia aos quesitos 01 a 08: No que tange à determinação deste M. M. Juízo às fls. 658, com relação à realização de perícia simplificada, conclui este Auxiliar que o objetivo foi atingido, com os esclarecimentos suscitados nestes 08 quesitos, mediante considerações deste Auxiliar contidas no item III – CONCLUSÕES DA PERÍCIA, parte integrante deste Laudo Pericial, bem como cálculos desenvolvidos no ANEXO I elaborado pela Perícia com esta finalidade.

V. Anexos.

ANEXO I – CÁLCULO DOS VALORES DEVIDOS. (planilha desenvolvida com vistas à apuração dos valores devidos à empresa Exequente, confrontados com os depósitos judiciais efetuados pela empresa Executada para cada data de evento, buscando identificar sua suficiência ou não para o cumprimento da obrigação em discussão).

VI. Principais Documentos Consultados.

1. Documento “Contrato de Cessão e Transferência Parcial de Direitos Minerários” firmado em 08/04/2008 – fls. 84/114;
2. Documento “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão e Transferência Parcial de Direitos Minerários” firmado em 19/11/2014 – fls. 116/139;
3. Depósito Judicial efetuado pela empresa Executada em 29/05/2020, no valor de R\$ 1.342.356,53 – fls. 225;



4. Depósito Judicial efetuado pela empresa Executada em 10/07/2020, no valor de R\$ 1.324.450,00, referente à última parcela 12ª, com vencimento em 14/07/2020 – fls. 293/294;
5. Depósitos Judiciais efetuados pelo Executado com vistas à liquidação do débito:

1	26/06/2020	527.247,82	fls. 265
2	24/07/2020	532.468,09	fls. 344
3	28/08/2020	537.688,37	fls. 354
4	28/09/2020	542.908,64	fls. 415/416
5	28/10/2020	548.128,92	fls. 466
6	27/11/2020	553.349,19	fls. 470

Face ao exposto, nada mais havendo a acrescentar, este Auxiliar respeitosamente pede permissão à este M. M. Juízo, e encerra o presente Laudo Pericial, composto por 10 (dez) laudas, e 01 (hum) anexo.

Nestes Termos, respeitosamente, pede juntada.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2022.

Evandro Vale Thiers

Perito Judicial
Contador & Economista
Corecon/RJ 24471
CRC RJ 126196/O-6